



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO  
CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO**

**RECIBO DO PROTOCOLO  
PETICIONAMENTO INTERMEDIARIA - PRIMEIRO GRAU**

**Dados Básicos**

Foro:	Fortaleza - Fórum Clóvis Beviláqua
Processo:	02048945820218060001
Classe do Processo:	Petições Intermediárias Diversas
Data/Hora:	22/04/2022 17:20:55

**Partes**

Solicitante:	Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT
--------------	-----------------------------------------------

**Documentos**

Petição:	2784475_IMPUGNACAO_AO _LAUDO_PERICIAL_01 - 1- 2.pdf
----------	-----------------------------------------------------------



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 30ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE FORTALEZA/CE

Processo: 02048945820218060001

**SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **EDILSON NASCIMENTO VERAS**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.ª, em cumprimento ao referido despacho de fls., expor para ao final requerer o que se segue:

#### DO LAUDO PERICIAL

Trata-se de caso em que o Autor alega ser vítima de acidente automobilístico, resultando em invalidez permanente.

Nesse sentido, foi nomeado perito por esse d. juízo, e posteriormente as partes intimadas a apresentaram quesitos, a fim de se verificar qual o grau da suposta Invalidez da parte autora.

Sendo assim, na hipótese de condenação, o valor indenizatório deverá respeitar a tabela inserida na Lei 11.945/09, devendo ainda ser observado o pagamento administrativo realizado na monta de R\$ 2.362,50 (dois mil e trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos).

#### DA LESÃO APURADA NO MEMBRO SUPERIOR ESQUERDO

Em análise ao teor da petição inicial, verifica-se que o autor desconhece qualquer eventual invalidez no MEMBRO SUPERIOR ESQUERDO, apontando apenas a lesão sofrida no membro inferior esquerdo.

Assim, aplicando-se a súmula em comento e a tabela constante da Lei 11.945/2009, bem como os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade, o Requerente deveria ter recebido o valor total de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) correspondentes a 70% (setenta por cento) da indenização, haja vista que o requerente teve lesão NO SEU MIE (MEMBRO INFERIOR ESQUERDO).

Assim, resta evidente que a lesão apontada no laudo no MEMBRO SUPERIOR ESQUERDO sequer foi apontada como causa de pedir da presente ação, eis que o autor requer EXCLUSIVAMENTE a condenação da Ré ao pagamento da indenização sob a alegação de invalidez em membro diverso deste.

Diante do exposto, tendo em vista o pagamento administrativo já realizado para a lesão de 25% de membro inferior esquerdo e não tendo sido cabalmente comprovado o nexo de causalidade entre o acidente automotor e a invalidez constatada no **MEMBRO SUPERIOR ESQUERDO**, merece ser julgada totalmente improcedente a presente demanda nos termos do art. 487, I do CPC.

Nestes Termos,  
Pede Deferimento,

FORTALEZA, 4 de abril de 2022.

**JOÃO BARBOSA**  
**OAB/CE 27954-A**

**FABIO POMPEU PEQUENO JUNIOR**  
**14752 - OAB/CE**